



## Comissão de Obras Inacabadas

**Criação:** Ato da Presidência de 1º de março de 2016

**Coordenador:** Zé Silva (Solidarietàade/MG)

**Relator:** Evair de Melo PV/ES.

**Membros:** Valdir Colatto PMDB/SC; Raimundo Gomes de Matos PSDB/CE; Julio Lopes PP/RJ ;Luiz Cláudio PR/RO; Expedito Netto PSD/RO; Heitor Schuch PSB/RS; Jhc PSB/AL ; Augusto Carvalho SD/DF ; e Lucas Vergilio SD/GO.

### **I) Histórico**

Em 10/03/2016, na Reunião Deliberativa, a Comissão foi instalada e o Plano de Trabalho definido.

### **II) Audiências**

#### **a) Audiência Pública de 31/03/2016**

**Participantes:** Representante do TCU e da CGU (Atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle)

O Senhor **Arsênio Dantas** do TCU apresentou “Situação das obras paralisadas custeadas com recursos do OGU e a medidas, inclusive legislativas, que mitiguem o risco de paralisação de empreendimentos estratégicos. ”

As diversas auditorias realizadas no DNIT, nos exercícios de 2009 e 2010, trouxeram à luz achados recorrentes, com destaque para **falhas de projeto** (40,27% dos achados de auditoria) e **falhas de execução** das obras ( 27,46% dos achados).

Problemas na contratação de **empresas projetistas:**

- falhas na elaboração do termo de referência;
- incapacidade de acompanhar a elaboração do projeto; e
- Omissão na responsabilização das projetistas

Problemas na **fiscalização** e medição de obras:

- Estrutura das Superintendências incompatível com suas atribuições;
- O DNIT não tem controle efetivo sobre o serviço executado;
- O DNIT não dispõe de equipamentos e técnicos para aferir medições; e



- O DNIT não consegue fiscalizar as supervisoras, nem apená-las.

Na área de **Saneamento Básico** o TCU destacou:

As causas desses atrasos estão concentradas na fase de pré-investimento dos empreendimentos, ou seja, referem-se a falhas na preparação e no planejamento necessários para o posterior desembolso dos recursos. Merecem destaque quatro fatores: (i) projetos de engenharia deficientes e desatualizados; (ii) dificuldades na obtenção de áreas; (iii) problemas na obtenção de licenças requeridas aos empreendimentos (iv) dificuldade na seleção e contratação de empresas para realizar as obras

Quanto à infraestrutura de creches e escolas (FNDE):

As auditorias identificaram: (i) Falhas no planejamento da licitação; (ii) Insuficiência dos estudos geotécnicos dos terrenos; (iii) Insuficiência de recursos para contrapartida; (iv) Descontinuidade na transição da gestão municipal; (v) Descompasso entre o avanço físico e o financeiro; (vi) deficiência na fiscalização por parte dos municípios; (vii) projetos deficientes (descumprimento de normas de acessibilidade).

O Senhor **Daniel da CGU** apresentou as “Medidas para mitigação do risco de paralisação de obras” com destaque para a fase de **planejamento**: é preciso pensar a obra no âmbito de uma política pública, e não em si mesma. Há obras acabadas, mas com nenhuma efetividade e retorno ao cidadão, a exemplo de escolas sem professores e unidades de saúde sem equipamentos e funcionários.

Por fim frisou que quanto MENOR o esforço institucional nas fases de planejamento e projeto -> MAIOR o risco de insucesso de um empreendimento.

## **b) Audiência Pública de 28/06/2016**

**Participantes:** Representante do Ministério da Integração, do Ministério das Cidades e do PAC do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Exposição do **Sr. Stanley Barros**, Diretor Substituto do Departamento de Obras Hídricas do Ministério de Integração Nacional:

- O Ministério da Integração Nacional afirmou ter em carteira **mais de R\$ 7 bilhões** em obras paralisadas ou em desconformidade em sua execução físico-financeira. Desse total, mais de R\$ 5 bilhões encontram-se em atraso devido à falta de repasses orçamentários e financeiros (Problema do descompasso entre o planejamento orçamentário e a execução);
- Nas obras paralisadas, em sua maioria, o motivo se relaciona com a **questão ambiental**;



- Em relação aos problemas técnicos o MInt relaciona a **baixa qualidade dos projetos** e a necessidade de excessivas adequações contratuais como o principal fator de paralização ou atraso nas obras, em menor escala os motivos são jurídicos ou relacionados a falha na Lei de Licitações;
- O expositor explicitou que internamente os problemas levantados são: o corpo técnico deficitário e os vencimentos incompatíveis com as atribuições dos cargos.

Exposição do Senhor **Luciano Oliva Patrício**, Secretário Executivo do Ministério das Cidades.

- O expositor destacou a importância do Ministério das Cidades na execução das obras do PAC e a queda abrupta no nível de execução orçamentária e financeira do programa entre 2015 e 2016.

O Sr. **Roger Pegas**, Coordenador Geral de Rodovias da Secretaria de Programa de Aceleração – PAC do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, mencionou o pedido de levantamento feito pelo Presidente interino, Michel Temer, das prioridades das obras. E ainda:

- Destacou que o PAC envolve mais de trinta mil empreendimentos;
- No âmbito do PAC, há 8% obras paralisadas;
- Problemas de paralisação: fluxo financeiro; expertise das construtoras; projetos desatualizados; liberação ambiental parcelada de trechos (ex. BR 386/RS; 101/AL; 116/RS); desapropriação, comum em necessidade de travessia urbanas (ex. BR 381/RS); fiscalização por contas de órgãos de controle (ex. repactuação de contratos, ex. BR 101/PE); seleção inadequada de empresas (ex. rodoanel São Paulo); e
- Enfatizou também a necessidade de aperfeiçoamento da legislação ambiental, que não distingue projetos totalmente diferentes.

**Por fim, destacamos que a Comissão pretende entregar um Manual de Boas Práticas para Obras Públicas e propor a Criação do Sistema de Obras Públicas (SisOP), conforme PL 5.664/2016.**